

FASUL EDUCACIONAL

(Fasul Educacional EaD)

PÓS-GRADUAÇÃO

DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

DISCIPLINA: DIREITO E FAMÍLIA
RESUMO
Esta disciplina tem como objetivo trabalhar as relações de direito e família, um dos mais antigos institutos a receber proteção jurídica que está em constante mudança e, de tempos em tempos, é objeto de polêmicas sempre que ocorre o reconhecimento de diferentes aspectos de sua formação e organização.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO O DIREITO DAS FAMÍLIAS EVOLUÇÃO LEGISLATIVA NO BRASIL CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO DAS FAMÍLIAS TIPOS DE FAMÍLIAS
AULA 2 INTRODUÇÃO ESPÉCIES DE CASAMENTO: HABILITAÇÃO E CELEBRAÇÃO CAPACIDADE E IMPEDIMENTOS REGIME DE BENS INVALIDADE E DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO
AULA 3 INTRODUÇÃO LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL UNIÃO ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL CONVERSÃO DE UNIÃO ESTÁVEL EM CASAMENTO
AULA 4 INTRODUÇÃO FILIAÇÃO E RECONHECIMENTO DOS FILHOS FILIAÇÃO BIOLÓGICA E REGISTRAL POSSE DO ESTADO DE FILHO: SOCIOAFETIVA E HOMOPARENTAL EFEITOS DO RECONHECIMENTO
AULA 5 INTRODUÇÃO CURATELA ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA GUARDA ALIENAÇÃO PARENTAL
AULA 6 INTRODUÇÃO

REQUISITOS DA ADOÇÃO

ALIMENTOS

**OBRIGAÇÃO ALIMENTAR DOS PAIS, AVÓS, PARENTES E PARENTES POR AFINIDADE
COBRANÇA E PRESCRIÇÃO DOS ALIMENTOS**

BIBLIOGRAFIAS

- DIAS, M. B. Manual de Direito das Famílias. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- KUSANO, S. Da família anaparental: do reconhecimento como entidade familiar. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7559. Acesso em: 20 set. 2019.
- LEITE, E. de O. O direito de família no novo Código Civil. Ciência e Cultura, n. 27, FCJ 03, p. 31-46, Curitiba, fev. 2002.

DISCIPLINA:

ASPECTOS JURÍDICOS DA REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA

RESUMO

Não é preciso ser formado em Direito para compreender que alguns comportamentos são proibidos e outros obrigatórios por determinação legal, e, em caso de descumprimento, haverá consequência desfavorável, pelo menos para quem vive em uma sociedade. Essa consequência é chamada de sanção jurídica. Somos seres impactados pelo ambiente que nos cerca, cada vez mais impregnados por ideologias e descobertas tecnológicas, mas limitados, juridicamente, no exercício da autonomia, que proíbe o abuso da utilização da ciência sem a necessária observância da dignidade das pessoas envolvidas, nascidas ou por nascer. Nesta disciplina vamos conhecer todos as vertentes da Lei e da Ética sobre a Reprodução Humana Assistida.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O DIREITO NA SEARA DAS FAMÍLIAS: ENTRE REGRAS, PRINCÍPIOS E VALORES – DO CC/16 À CF/88

DOS IMPACTOS DA CF/88 NAS FAMÍLIAS E NO DIREITO DAS FAMÍLIAS
DOS PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AO DIREITO DAS FAMÍLIAS QUE INFORMAM A PARENTALIDADE COMO RESPONSÁVEL

LIBERDADE NA CONSTITUIÇÃO E DISSOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS: AUTONOMIA EXISTENCIAL E PLANEJAMENTO FAMILIAR

AULA 2

CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

DA PERSONALIDADE JURÍDICA

ESPÉCIES DE DIREITOS DA PERSONALIDADE

DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

AULA 3

A CONSTRUÇÃO TECNOLÓGICA DA FAMÍLIA POR MEIO DA RHA: NOVAS POSSIBILIDADES, NOVOS DILEMAS E NOVOS PROBLEMAS

DAS PRINCIPAIS TÉCNICAS DE RHA

DOS ÓBICES JURÍDICOS IMPOSTOS À UTILIZAÇÃO CONCRETA DAS TÉCNICAS DE RHA

DO TRATAMENTO JURÍDICO (A SER) CONFERIDO AOS EMBRIÕES EXCEDENTES

AULA 4

PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL SUBJETIVA E OBJETIVA

DA RESPONSABILIDADE DOS HOSPITAIS, DAS CLÍNICAS E DOS BANCOS DE CÉLULAS E TECIDOS GERMINATIVOS (BCTGS)
RESPONSABILIDADE CONTRATUAL SUBJETIVA DOS MÉDICOS NA RHA
DA IMPORTÂNCIA E INDISPENSABILIDADE DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

AULA 5

RHA E SEUS POTENCIAIS IMPACTOS NA ESTABILIDADE NAS RELAÇÕES FAMILIARES
LIMITES PARA INTERVENÇÃO DO ESTADO NAS FAMÍLIAS
ESTADO PROVEDOR E RHA
GARANTIA DE ACESSO À RHA POR ORDEM JUDICIAL

AULA 6

PROJETOS DE LEI VERSANDO SOBRE A RHA E SEUS REFLEXOS DO PROJETO DE LEI N. 4892/12 (E DO PROJETO DE LEI N. 115/2015)
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O ATUAL ESTÁGIO DA RHA NO DIREITO ESTRANGEIRO
RHA SEM LIMITES?

BIBLIOGRAFIAS

- BARROSO, L. R. O constitucionalismo democrático no Brasil: crônica de um sucesso imprevisto. 2017. Disponível em: http://www.luisrobertobarroso.com.br/wpcontent/uploads/2017/09/constitucionalismo_democratico_brasil_cronica_um_sucesso_imprevisto.pdf.
- BRASIL. Código Civil. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm.
- _____. Conselho Nacional de Trânsito. Resolução n. 453/2013. Disponível em: <https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=258987#:~:text=Resolve%3A,por%20debaixo%20do%20maxilar%20inferior>. Acesso em: 5 jul. 2021.

DISCIPLINA:

A FAMÍLIA E SEUS ASPECTOS HISTÓRICOS, SOCIOLÓGICOS E ANTROPOLÓGICOS

RESUMO

O que é uma família? Como podemos designá-la? Nesta disciplina, não apenas abordaremos estes conceitos como os aspectos relativos à família como uma instituição social que permeia toda a nossa vida e as nossas relações sociais, mesmo na ausência daquilo que a própria sociedade nos diz que é família, ou que seria uma família dentro de determinados modelos que nem sempre correspondem à realidade vivida por cada um de nós.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
AS RELAÇÕES FAMILIARES COMO ESPAÇO DE SOCIABILIDADE
A NATURALIZAÇÃO DA FAMÍLIA
A FAMÍLIA COMO INSTITUIÇÃO SOCIAL
FAMÍLIA E FAMÍLIAS

AULA 2

INTRODUÇÃO
PARENTESCO: A RELAÇÃO NATUREZA E CULTURA
OS TERMOS DO PARENTESCO
ESTUDO DE CASO

AULA 3

INTRODUÇÃO

ASPECTOS HISTÓRICOS: A FAMÍLIA PATRIARCAL EXTENSA

A FAMÍLIA NUCLEAR - TRADICIONAL

FAMÍLIA E TRABALHO

UMA FAMÍLIA DO 1021

CORPORAÇÕES, INFÂNCIA E FAMÍLIA

AULA 4

INTRODUÇÃO

O TRABALHO FEMININO

O TRABALHO INFANTIL

A VIDA PRIVADA E O MUNDO DO TRABALHO

AS RELAÇÕES SOCIAIS NO CONTEXTO DAS SOCIEDADES INDUSTRIALIZADAS

AULA 5

INTRODUÇÃO

A FAMÍLIA COMO GRUPO DE AFETO

A VIDA PRIVADA E A SOCIEDADE MODERNA

O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA TRANSFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES FAMILIARES

DIFERENTES PROCEDÊNCIAS DOS MEMBROS DE UMA MESMA FAMÍLIA

AULA 6

INTRODUÇÃO

NOVOS ARRANJOS FAMILIARES

AS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS

AS FAMÍLIAS HOMOAFETIVAS

CELEBRAR A VIDA QUE CONSTRUÍMOS PARA ALÉM DOS MODELOS

BIBLIOGRAFIAS

- ARIÉS, P. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. A construção social da realidade. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BRANDÃO, C. R. Nós, os humanos: do mundo à vida, da vida à cultura. São Paulo: Cortez, 2015.

DISCIPLINA:

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

RESUMO

A denominação própria com o reconhecimento dos direitos fundamentais faz parte da história recente. As declarações de direitos no sentido atual do conceito apenas surgiram com as Revoluções Francesa e Americana, ampliando a eficácia de proteção aos direitos fundamentais. Uma constituição só é legítima quando se baseia sobre os direitos do homem, doutrinou Monnier. No mesmo sentido foi o magistério de Hauriou: pela declaração de direitos afirma o Estado, solenemente, que a conservação natural e imprescritível do homem é o fim de toda a associação política; e toda sociedade na qual não está assegurada garantia dos direitos fundamentais, não tem Constituição. (Maluf, 1995, p. 209) Foi esse o racional por trás da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, presente no corpo que deu origem à Constituição Francesa, em 1789, assegurando o direito à liberdade, à propriedade, à segurança, à resistência e à opressão (Ibidem).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
CATEGORIAS E FUNÇÕES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
TITULARES DE DIREITO
LIMITES E COLISÕES
PROPORCIONALIDADE E GARANTISMO

AULA 2

INTRODUÇÃO
DIREITO À IGUALDADE
DIREITO À LIBERDADE
DIREITO À INTIMIDADE E À VIDA PRIVADA
DIREITO DE PROPRIEDADE

AULA 3

INTRODUÇÃO
DIREITOS DO TRABALHADOR
DIREITO À EDUCAÇÃO
DIREITO À SAÚDE
DIREITO À MORADIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

AULA 4

INTRODUÇÃO
DIREITOS POLÍTICOS POSITIVOS
DIREITOS POLÍTICOS NEGATIVOS
PARTIDOS POLÍTICOS
GARANTIAS DOS DIREITOS COLETIVOS, SOCIAIS E POLÍTICOS

AULA 5

INTRODUÇÃO
PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO JUDICIÁRIA
ESTABILIDADE DOS DIREITOS SUBJETIVOS
DIREITO À SEGURANÇA
DIREITO À SEGURANÇA E REIVINDICAÇÃO DO ESTADO CONSTITUCIONAL

AULA 6

INTRODUÇÃO
REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS, AÇÕES E GARANTIAS
HABEAS CORPUS (HC)
HABEAS DATA
MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E O MANDADO DE INJUNÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- FELDENS, L. Direitos fundamentais e direito penal: a constituição penal. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.
- LOPES JUNIOR, A. Direito processual penal. 18. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.
- SANTOS, J. C. dos. Direito penal – parte geral. 4. ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010.

DISCIPLINA:

DIREITO DAS SUCESSÕES TESTAMENTÁRIA E INVENTÁRIO

RESUMO

Com a morte de uma pessoa surgem inúmeras questões a serem resolvidas por aqueles que eram próximos ao falecido, em especial, os aspectos patrimoniais que inevitavelmente deverão ser enfrentados, em razão da incidência do princípio da saisine (Código Civil, art. 1.784). Isso porque quando o de cujus deixa sucessores e patrimônio, embora a transmissão da propriedade e da posse indireta aconteça ipso jure, forma-se uma universalidade de direito, em que os herdeiros se tornam coproprietários de um acervo de bens que assim permanecerá até que aconteça a partilha (Código Civil, art. 1.791). Existem vários instrumentos processuais que propiciam a divisão do monte mor, tais como o inventário judicial, o arrolamento simples e o arrolamento sumário. Além disso, o inventário extrajudicial também pode ser uma opção para aqueles que apresentem os requisitos mínimos necessários (a serem oportunamente verificados). Isso significa dizer que o espólio somente deixará de existir quando os interessados em receber o respectivo quinhão escolherem o caminho processual mais adequado às circunstâncias do caso concreto. Tais opções estão previstas expressamente no Código de Processo Civil (Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015), o que torna obrigatória a utilização da referida legislação processual, cuja leitura é indispensável para o entendimento do tema ora proposto.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

INVENTÁRIO EXTRAJUDICIAL

INVENTÁRIO JUDICIAL

ARROLAMENTO SIMPLES E ARROLAMENTO SUMÁRIO

ABERTURA, VALIDAÇÃO, REGISTRO E CUMPRIMENTO DO TESTAMENTO

AULA 2

INTRODUÇÃO

DIVÓRCIO CONSENSUAL JUDICIAL

DIVÓRCIO CONSENSUAL EXTRAJUDICIAL

ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS

AÇÃO DECLARATÓRIA DE ALIENAÇÃO PARENTAL

AULA 3

INTRODUÇÃO

REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA

RESTAURAÇÃO DE AUTOS

HABILITAÇÃO

NOTIFICAÇÃO E INTERPELAÇÃO

AULA 4

INTRODUÇÃO

EMBARGOS DE TERCEIRO

OPOSIÇÃO

AÇÃO MONITÓRIA

HERANÇA JACENTE

AULA 5

INTRODUÇÃO

MANUTENÇÃO E REINTEGRAÇÃO DE POSSE

INTERDITO PROIBITÓRIO

AÇÃO DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES
AÇÃO DE DIVISÃO DE TERRAS PARTICULARES

AULA 6

INTRODUÇÃO
CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO EXTRAJUDICIAL
AÇÃO DE EXIGIR CONTAS
PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA
INTERDIÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- _____. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 16 mar. 2015.
- CJF – Conselho de Justiça Federal. VII Jornada de Direito Civil. Brasília: Conselho da Justiça Federal; Centro de Estudos Judiciários, 2015. Disponível em: <http://www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-da-justica-federal/centro-de-estudosjudiciarios-1/publicacoes-1/jornadas-cej/vii-jornada-direito-civil-2015.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2019.
- NERY JÚNIOR, N.; NERY, R. M. A. Código de Processo Civil comentado. 3. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

DISCIPLINA:

A APLICAÇÃO DE MEDIDAS JUDICIAIS, EXTRAJUDICIAIS E ADMINISTRATIVA

RESUMO

A história mostra que a violência contra crianças e adolescentes se apresenta como um fenômeno social e cultural de grande relevância, seja ela cruel ou sutil, presente em todas as classes sociais. Nesta disciplina iremos compreender os crimes praticados contra crianças e adolescentes por ação ou omissão e também os conceitos fundamentais dos crimes em espécie e das infrações administrativas. O Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado no início da década de 1990, surgiu com a finalidade precípua de assegurar às crianças e adolescentes a proteção plena de seus direitos previstos pela Constituição da República. Ao longo dos anos, o Estatuto recebeu alterações e inserções pontuais, sempre visando a adequação da norma ao contexto social e uma maior efetividade na tutela dos interesses dos menores de 18 anos. Para aqueles que violam os direitos juvenis tutelados pelo ECA, o legislador previu condutas definidas como crimes e/ou infrações administrativas, dependendo da gravidade e magnitude do ilícito. A conduta humana prevista como crime, além de dolosa ou culposa, pode ser praticada por ação ou por omissão (crimes comissivos e omissivos).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
CRIME COMISSIVO E CRIME OMISSIVO
CRIMES PRATICADOS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES
INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS – DEFINIÇÃO
INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS EM ESPÉCIE

AULA 2

INTRODUÇÃO
MEDIDAS DE PROTEÇÃO: ESPÉCIES
COMPETÊNCIA PARA APLICAÇÃO DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO
MEDIDAS PERTINENTES AOS PAIS: FUNDAMENTO E APLICAÇÃO
MEDIDAS PERTINENTES AOS PAIS: ESPÉCIES E HIPÓTESES DE CABIMENTO

AULA 3

INTRODUÇÃO

O PRINCÍPIO DA PRIORIDADE ABSOLUTA

O PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA

O PRINCÍPIO DA MUNICIPALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO

PRINCÍPIOS E GARANTIAS REFERENTES AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

AULA 4

INTRODUÇÃO

EXTINÇÃO DO PODER FAMILIAR

SUSPENSÃO DO PODER FAMILIAR

PERDA OU DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR

COLOCAÇÃO EM FAMÍLIA SUBSTITUTA

AULA 5

INTRODUÇÃO

GUARDA COMO COLOCAÇÃO EM FAMÍLIA SUBSTITUTA

TUTELA

TUTELA: ESPÉCIES

AÇÃO DE GUARDA E AÇÃO DE TUTELA

AULA 6

INTRODUÇÃO

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS EXIGÍVEIS PARA O PROGRAMA DE ACOLHIMENTO FAMILIAR OU INSTITUCIONAL

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS EXIGÍVEIS PARA O PROGRAMA DE INTERNAÇÃO

PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO DA IRREGULARIDADE

MEDIDAS APLICÁVEIS À ENTIDADE CONDENADA

BIBLIOGRAFIAS

- BUSATO, P. C. Direito penal - parte geral. 2 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2015.
- JESCHECK, Hans-Heinrich. Tratado de derecho penal – parte general. 4. ed. Corrigida y ampliada. Granada: Editorial Comares, 1993.
- MACIEL, K. R. Curso de Direito da Criança e do Adolescente. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

DISCIPLINA:

POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL – CRIANÇA, ADOLESCENTES E MULHERES

RESUMO

Esta disciplina pretende promover a reflexão e instrumentalizar o aluno para atuar sobre as expressões da questão social que afetam a criança, o adolescente e as mulheres no Brasil, compreendendo a evolução histórica da proteção a esses públicos por meio das políticas públicas afirmativas. Para tanto, serão ministrados conteúdos acerca da história da proteção à criança e ao adolescente; conceitos de criança e adolescente X infância e adolescência; normativas internacionais; Estatuto da Criança e do Adolescente e normativas nacionais; compreensão do sistema de garantia de direitos e a importância da atuação em rede; principais expressões da questão social que afetam crianças, adolescentes e mulheres: violência física, sexual e psicológica, trabalho infantil, prática de

atos infracionais, acolhimento; intervenções do serviço social para a proteção desses públicos; Lei Maria da Penha e política de atendimento às mulheres.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

A CRIANÇA: DA ANTIGUIDADE AO SÉCULO XVIII

A CRIANÇA: DO SÉCULO XVII AOS DIAS ATUAIS

CONCEITO DE INFÂNCIA

NORMATIVAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA

CONVENÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA

AULA 2

HISTÓRICO DA PROTEÇÃO À CRIANÇA NO BRASIL

DOCTRINA DA SITUAÇÃO IRREGULAR E OS CÓDIGOS DE MENORES

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: DOCTRINA DA PROTEÇÃO

INTEGRAL

NORMATIVAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: DIREITOS FUNDAMENTAIS

AULA 3

MEDIDAS PROTETIVAS

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (SGD)

CONSELHOS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONSELHOS TUTELARES

AULA 4

POLÍTICA DE ATENDIMENTO NO ESTATUTO E A INTERSETORIALIDADE

ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

ACOLHIMENTO FAMILIAR

ADOÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL

AULA 5

SINASE: MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE PRIVAÇÃO E RESTRIÇÃO DE LIBERDADE

SINASE: MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE MEIO ABERTO

TRABALHO INFANTIL

APRENDIZAGEM

NOVOS DESAFIOS

AULA 6

A CONCEPÇÃO E O PAPEL SOCIAL DA MULHER AO LONGO DA HISTÓRIA

MOVIMENTO FEMINISTA

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

LEI MARIA DA PENHA

POLÍTICA DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES NO BRASIL

BIBLIOGRAFIAS

- PARANÁ. Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social. Plano decenal dos direitos da criança e do Estado do Paraná. Curitiba: SECS, 2013.
- RIZZINI, I. O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- RIZZINI, I.; PILOTTI, F. A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

DISCIPLINA: DIREITO DE FAMÍLIA NO SÉCULO XXI
RESUMO A história da família converge com a da evolução da humanidade, tendo sido objeto de profundas transformações nos últimos séculos. Embora o início da utilização do termo família não seja preciso, a partir da análise histórica é possível verificar que a ausência do termo não desqualificava o instituto. O homem, diferente de diversos outros animais, nunca possuiu mecanismos muito eficientes de proteção. Os dentes e as unhas, embora fossem maiores do que os que temos atualmente, não eram suficientes para ganhar eventuais embates com outras espécies. Mas ele tinha uma outra capacidade, a inteligência, que o fez perceber que, embora individualmente fosse muito fraco, em grupo conseguia ser incrivelmente forte. E assim nasciam as primeiras sociedades e, por conseguinte, as primeiras famílias. É praticamente impossível conceituar o direito de família dentro de um espírito de universalidade, ou seja, levando em consideração todos das inúmeras sociedades que existem ou existiram, bem como as suas peculiaridades. O que é certo sobre todas é a existência de uma união com o intuito de buscar o bem comum, e essa pode ser considerada a pedra fundamental na criação das famílias. Em um tempo em que era necessário brigar pela sobrevivência, alguns fatores internos muitas vezes precisavam ceder lugar ao mero instinto de sobrevivência. Todavia, a história mostra que o espírito da afetividade e solidariedade já existe em diversas sociedades há muitos séculos. Um dos livros mais conhecidos no mundo é a Bíblia, que foi escrita cerca de 1500 a.C., segundo historiadores. Nela, são relatadas histórias que, independentemente da sua crença, refletem acontecimentos de uma época em que a família já era retratada, e sentimentos como afetividade e solidariedade são facilmente identificados. Para exemplificar, veja-se a história envolvendo Moisés: sua mãe, Joquebede, arriscou a própria vida para a salvar a de seu filho da morte, quando o faraó determinou que todos os recém-nascidos do sexo masculino fossem jogados no rio Nilo. O espírito de cuidado e proteção, portanto, já era latente, demonstrando que o instinto de sobrevivência não era o único responsável pela união dos seres humanos. Passemos, então, a conhecer um pouco mais da evolução da história da família.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO AULA 1 INTRODUÇÃO A FAMÍLIA NO BRASIL PRINCÍPIOS DO DIREITO DE FAMÍLIA TIPOS DE FAMÍLIAS FAMÍLIA E CULTURA AULA 2 INTRODUÇÃO CASAMENTO ARRANJADO UNIÃO HOMOAFETIVA UNIÃO ESTÁVEL CASAMENTO POLIGÂMICO AULA 3 INTRODUÇÃO FAMÍLIAS SIMULTÂNEAS FAMÍLIA MONOPARENTAL REGIME DE BENS A SITUAÇÃO DA MULHER NAS FAMÍLIAS

AULA 4

INTRODUÇÃO

CASAMENTO DE BRASILEIROS NO EXTERIOR

CASAMENTO POR PROCURAÇÃO

DIVÓRCIO CONSULAR

FILIAÇÃO

AULA 5

INTRODUÇÃO

CONVENÇÃO DE NOVA IORQUE SOBRE PRESTAÇÃO DE ALIMENTOS NO
ESTRANGEIRO

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

ADOÇÃO INTERNACIONAL

SEQUESTRO INTERNACIONAL

AULA 6

INTRODUÇÃO

CHOQUE CULTURAL

CONFLITO LEGISLATIVO

GLOBALIZAÇÃO

NOVOS DESAFIOS DO DIREITO DE FAMÍLIA NO SÉCULO XXI

BIBLIOGRAFIAS

- CONVENÇÃO da Apostila de Haia. Conselho Nacional de Justiça, [S.d.] Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/poder-judiciario/relacoesinternacionais/apostila-da-haia/>. Acesso em: 9 ago. 2021.
- DIAS, M. B. Manual de direito das famílias. 14ª ed. Salvador: JusPodivm, 2021.
- ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado; tradução Leandro Konder; Aparecida Maria Abranches. 6. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2020.

DISCIPLINA:

CRIMES CONTRA A PESSOA

RESUMO

Ao longo das próximas aulas abordaremos os crimes em espécie praticados contra a vida e a integridade física do sujeito, sua liberdade e honra, analisando questões controvertidas do direito penal em nosso sistema de justiça criminal. Começaremos nas primeiras aulas com a análise de aspectos relevantes sobre o crime de homicídio, passando pela contemplação dos tipos de feminicídio, infanticídio, aborto e genocídio. Abordaremos, então, o crime de lesão corporal, com ênfase no crime de violência doméstica. Em seguida, abordaremos os crimes de periclituação contra a vida e a saúde, como no caso de omissão de socorro e abandono de incapaz. Discutiremos o crime de rixa e os contra a honra, com os tipos de calúnia, injúria e difamação, e finalizaremos contemplando os crimes contra a liberdade individual.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

HOMICÍDIO QUALIFICADO E CASOS DE DIMINUIÇÃO DE PENA

FEMINICÍDIO

HOMICÍDIO CULPOSO

A IMPORTÂNCIA DA CLASSIFICAÇÃO DO CRIME DE HOMICÍDIO E SUAS

IMPLICAÇÕES

AULA 2

O CONFRONTO DA NORMA COM O EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO - EUTANÁSIA
INFANTICÍDIO
ABORTO
PRÁTICAS GENOCIDAS NO BRASIL

AULA 3

LESÃO CORPORAL GRAVÍSSIMA
LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE E CAUSAS DE AUMENTO, DIMINUIÇÃO E
SUBSTITUIÇÃO DE PENA
LESÃO CORPORAL CULPOSA E LESÃO CORPORAL QUALIFICADA POR VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA - UM ESTUDO
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

AULA 4

ABANDONO DE INCAPAZ
EXPOSIÇÃO E ABANDONO DE RECÉM-NASCIDO
OMISSÃO DE SOCORRO
MAUS TRATOS

AULA 5

CALÚNIA
DIFAMAÇÃO
INJÚRIA
DISPOSIÇÕES COMUNS, EXCLUSÃO E RETRATAÇÃO

AULA 6

AMEAÇA
SEQUESTRO E CÁRCERE PRIVADO
REDUÇÃO À CONDIÇÃO ANÁLOGA A ESCRAVIDÃO
TRÁFICO DE PESSOAS

BIBLIOGRAFIAS

- QUEIROZ, P. Direito Penal: Parte Geral. 12. ed. Salvador: Juspodivm, 2016. v. 1. p. 492-493. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudenciaem-temas/a-doutrina-na-pratica/agravantes-e-atenuantes-genericas-1/circunstanciasatenuantes/ter-o-agente-cometido-o-crime-por-motivo-de-relevante-valor-social>
ou moral#:~:text=Motivo%20de%20relevante%20valor%20moral,se%20a%20interesse%20p%C3%ABblico%2C%20coletivo.&text=Apesar%20de%20criminoso%20o%20fato,relevante%20valor%20moral%20ou%20social.
- Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-daviolencia-2020>. Acesso em: 7 maio 2021.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da Violência. 2020.

DISCIPLINA:

LEI DE REGISTROS PÚBLICOS

RESUMO

É preciso sempre ter em mente a diferença entre a atividade notarial e a atividade registral, sem embargo do aprofundamento que essas atividades terão no desenvolvimento das demais disciplinas deste curso. Referindo-se aos conjuntos de normas aplicáveis às atividades notarial e registral, chamados de direito notarial ou direito registral, Loureiro, 2016, p. 48) afirma: “[...] a única similitude entre um e outro direito é a finalidade precípua de ambos os microssistemas, que é a segurança jurídica preventiva [...]”. E ainda conclui: “No que concerne ao modo de atuação, às competências e atribuições, há diferenças consideráveis nas normas que formam os direitos notarial e de registro” (Loureiro, 2016, p. 48). Portanto, o que percebemos é que a atuação dos agentes delegados no Brasil se dá na esfera de atribuições diferenciadas entre notários e registradores, cada qual atuando segundo atribuições que lhe são específicas para, ao final, ambos convergirem para o mesmo fim, qual seja, a segurança jurídica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

COMPREENDENDO OS OBJETIVOS DO SERVIÇO REGISTRAL
PUBLICIDADE, AUTENTICIDADE, SEGURANÇA E EFICÁCIA DOS ATOS JURÍDICOS
O SERVIÇO REGISTRAL NA LRP E SUAS ATRIBUIÇÕES
CONCLUSÃO DA AULA E ANÁLISE DO CASE

AULA 2

DA ESCRITURAÇÃO
DO REGISTRO ELETRÔNICO
DA ORDEM DO SERVIÇO, DA PUBLICIDADE E CONSERVAÇÃO DOS ATOS
REGISTRAIS
DA RESPONSABILIDADE CIVIL DOS REGISTRADORES

AULA 3

REGISTRO DE NASCIMENTO
REGISTRO DE CASAMENTO
PRINCIPAIS ASPECTOS SOBRE O REGISTRO DE ÓBITO
EMANCIPAÇÃO, INTERDIÇÃO E AUSÊNCIA

AULA 4

ESCRITURAÇÃO NO RCPJ
DO SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
A ESCRITURAÇÃO NO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
ORDEM DO SERVIÇO NO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

AULA 5

DAS ATRIBUIÇÕES DO REGISTRO DE IMÓVEIS
O REGISTRO E A AVERBAÇÃO
DA ESCRITURAÇÃO NO REGISTRO DE IMÓVEIS
DO PROCESSO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO

AULA 6

DOS TÍTULOS A SEREM REGISTRADOS NO REGISTRO DE IMÓVEIS
MATRÍCULA IMOBILIÁRIA, REGISTRO, AVERBAÇÃO E CANCELAMENTO
REGISTRO TORRENS E REGISTRO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA
DISPOSIÇÕES FINAIS DA LRP

BIBLIOGRAFIAS

- Brasília, p. 13.528, 31 dez. 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6015compilada.htm.
- _____. Lei n. 8.906, de 4 de julho de 1994. Diário Oficial da União, Brasília, p. 10.093, 5 jul. 1994a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8906.htm.
- _____. Lei n. 8.934, de 18 de novembro de 1994. Diário Oficial da União, Brasília, 21 nov. 1994b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8934.htm. Acesso em: 11 set. 2018.

DISCIPLINA:
DIREITO À SAÚDE DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES
RESUMO
Nesta disciplina, estudaremos como foi construído histórica e legalmente o Conceito de Direitos Sociais. Além disso, verificaremos o rol taxativo desses direitos previstos na Constituição Federal de 1988.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO DIREITOS SOCIAIS À MORADIA E AO TRABALHO DIREITOS SOCIAIS AO TRANSPORTE E LAZER DIREITOS SOCIAIS À SEGURANÇA E PREVIDÊNCIA DIREITOS SOCIAIS À PROTEÇÃO À MATERNIDADE, À INFÂNCIA E ASSISTÊNCIA AOS DESAMPARADOS
AULA 2 INTRODUÇÃO DESENVOLVENDO POLÍTICAS PÚBLICAS CRIANÇA O ADOLESCENTE PROTEÇÃO À SAÚDE E À VIDA
AULA 3 INTRODUÇÃO EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS DE ATENÇÃO À SAÚDE DA MULHER DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER PROGRAMAS E AÇÕES PLANEJAMENTO REPRODUTIVO
AULA 4 INTRODUÇÃO CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA DOENÇAS CRÔNICAS TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ADOLESCENTES COM DOENÇAS CRÔNICAS
AULA 5 INTRODUÇÃO ASPECTOS FUNDAMENTAIS SOBRE SAÚDE EMOCIONAL

DOENÇAS EMOCIONAIS

SAÚDE EMOCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

SAÚDE EMOCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES II

AULA 6

INTRODUÇÃO

DIRETRIZES NACIONAIS DE ASSISTÊNCIA AO PARTO

RECOMENDAÇÕES DAS DIRETRIZES

ATENDIMENTO À GESTANTE ADOLESCENTE

DIREITO A ACOMPANHANTE E ALEITAMENTO MATERNO

BIBLIOGRAFIAS

- Disponível em: <http://direitoconstitucional.blog.br/protacao-a-maternidade/>.
- SOUZA, A. J. de. Direito Fundamental à Segurança Pública. Disponível em: http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=15754. Acesso em: 19 mar. 2019.
- SOUZA, D. G. de & LIMA, S. M. A. Políticas sociais setoriais e os desafios para o Serviço Social. Curitiba: InterSaberes, 2017.

DISCIPLINA:

A VITIMOLOGIA E O SISTEMA DA VIOLÊNCIA

RESUMO

A violência é um conceito que varia no tempo e no espaço, pois os padrões culturais de cada época constroem aquilo que conhecemos como realidade social. Um exemplo disso é a necessidade de proteção que surge segundo os acontecimentos. Um acidente de trânsito pode ser entendido com dolo ou por meio da culpa diante das causas e consequências dele. No entanto, o termo violência no trânsito só pode ser cunhado com a compreensão do que é o trânsito e do que é a violência. A pena de morte também acompanha esse raciocínio, pois em dado momento histórico já foi aceita e esteve em vigor, mas social e culturalmente não é aplicada em alguns países e proibida no Brasil – pautada no maior erro judiciário que ocorreu com os Irmãos Naves. A realidade social e a história são os cenários pelos quais é necessário transitar para compreender os conceitos gerais de violência.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

DEBATES INTERDISCIPLINARES SOBRE O QUE É VIOLÊNCIA

A ETIMOLOGIA E A AXIOLOGIA DA VIOLÊNCIA

VIOLÊNCIA E SEUS ASPECTOS MULTIDISCIPLINARES

ASPECTOS HISTÓRICOS DA VIOLÊNCIA

PUNIÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO

AULA 2

PUNIÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO

VIOLÊNCIA E DIREITO: INTERFACES DE UM DEBATE OBJETIVO E SUBJETIVO

AS NORMAS E OS CONTEXTOS SOCIAIS

BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

SOCIEDADE DE RISCO E PROTEÇÃO AMBIENTAL

A DINÂMICA DA SOCIEDADE DE RISCO

AULA 3

VIOLÊNCIA E A CIVILIZAÇÃO

VIOLÊNCIA E A CIVILIZAÇÃO
SEXUALIDADE
VIOLÊNCIA DE GÊNERO
A REVOLUÇÃO DO PAPEL SOCIAL DA MULHER
ENTRE SER O SUJEITO E O SER OBJETO

AULA 4

VIOLÊNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS
VIOLÊNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS
A VIOLÊNCIA E A VITIMOLOGIA COMO PROCESSO
A EDUCAÇÃO E A VIOLÊNCIA
AGRESSIVIDADE, TRANSGRESSÃO E DISCIPLINA
PRECONCEITO E VIOLÊNCIA

AULA 5

PSICOLOGIA SOCIAL
PSICOLOGIA SOCIAL
IDENTIDADE
QUESTÕES ÉTICO-POLÍTICAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
FAMÍLIA E SOCIEDADE
PROCESSOS GRUPAIS

AULA 6

VIOLÊNCIA E SAÚDE MENTAL
VIOLÊNCIA E SAÚDE MENTAL
PROTEÇÃO E EXPOSIÇÃO DIANTE DA VIOLÊNCIA
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
VIOLÊNCIA CONTRA O IDOSO
VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

BIBLIOGRAFIAS

- BENELLI, S. J. Foucault e a prisão como modelo institucional da sociedade disciplinar. In: A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas [online]. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 63-84. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/74z7q/pdf/benelli-9788568334447-04.pdf>.
- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias – uma introdução ao estudo da psicologia. São Paulo: SaraivaJur, 2018.
- CRIANÇA e adolescente. Tipos de violência. MPPR – Ministério Público do Paraná. [S.d.]. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina2148.html>. Acesso em: 24 nov. 2019.